II Congresso Internacional das **Ciências Agrárias** COINTER - PDVAgro 2017

RELEVÂNCIA DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL NO APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DA REGIÃO DO MATO GRANDE-RN.

Apresentação: Comunicação Oral

Maria Helena Andrade de Araújo¹; Thayse Priscila de Souza Lima²; Ranielle Freire da Silva³;
Gerda Lúcia Pinheiro Camelo⁴

Resumo

O enfoque no cenário político institucional vem se construindo de forma significativa considerando o crescimento da agricultura familiar. Através da assistência concedida às famílias agricultoras e apresenta-se como um grande diferencial na ascensão econômica, social e ambiental. Por meio da referida dimensão, articulam-se posições políticas e se constroem processos para promover o desenvolvimento sustentável mediante a participação dos diversos atores, gestores, comunidades em geral, órgãos públicos e de fomento. Nesse contexto, o território do Mato Grande-RN tem sido considerado como grande beneficiado por meio das políticas institucionais agindo juntamente com órgãos parceiros no objetivo de difundir e otimizar a agricultura familiar. Conhecer a agricultura familiar faz com que se redirecionem os investimentos do país e solucione adversidades como o êxodo rural. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a importância das políticas institucionais no apoio a agricultura familiar através de indicadores desenvolvidos e aplicados junto aos agricultores familiares da região do Mato Grande, no estado do Rio Grande do Norte. Trata-se de uma pesquisa tipo estudo de caso, em que foi aplicado um questionário junto a 16 agricultores familiares da região do Mato Grande – RN. Os resultados demonstraram que os agricultores familiares consideraram, quase em sua totalidade, os indicadores da dimensão institucional como relevantes no apoio a agricultura familiar local. Apenas o indicador relação com entidades de pesquisa e extensão foi considerado pouco relevante para o fortalecimento da agricultura familiar na percepção desses atores, mesmo sendo proeminente para o apoio a esses agricultores e essencial para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar.

Palavras-Chave: Político institucional, Agricultura familiar, Mato Grande – RN.

Introdução

A agricultura Familiar é marcada como uma nova estrutura no desenvolvimento rural do país, ao longo de anos vem evidenciando sua característica primordial na economia e na produtividade primária. A agricultura é um dos principais motivadores do desenvolvimento do Brasil, constituindo um significativo fator na origem do emprego e renda. Nesta condição como

¹ Tecnologia em gestão pública, IFRN, helena.gestaopublica@gmail.com

² Tecnologia em gestão pública, IFRN, tpriscilalima@gmail.com

³ Especialização em gestão ambiental, IFRN, raniellesfs@gmail.com

⁴ Doutora em Recursos Naturais, IFRN, gerda.camelo@gmail.com

nação em desenvolvimento, com especificação predominantemente agrícola, a produtividade é caracterizada por alimentos e consiste em um desafio para responder às necessidades da população, na promoção de empregos para a sociedade, fator primordial na qualidade de vida dos cidadãos. As políticas públicas de fomento a agricultura familiar, detém de benefícios para esta categoria, com o intuito de adentrar no mercado e proporcionar avanços nas dimensões sociais e ambientais que visem assegurar a existência do campo. Desse modo, eleva-se várias iniciativas governamentais para promover a agricultura familiar. O grande crescimento da sociedade vem dando consistência a movimentos rurais sendo repercutido na criação de apoio no desenvolvimento da agricultura familiar. Assim sendo, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar a importância das políticas institucionais no apoio a agricultura familiar através de indicadores desenvolvidos e aplicados junto aos agricultores familiares da região do Mato Grande, no estado do Rio Grande do Norte. É relevante ressaltar que podem ser desenvolvidos estudos posteriores a este, tornando-se fundamental o estudo em diversas dimensões beneficiando a sociedade nos seus mais amplos aspectos.

Fundamentação Teórica

A dimensão político institucional possui relação com processos participativos e democráticos que se cercam no ambiente de produção agrícola e do avanço rural, igualmente com as organizações sociais e de comissões das diferentes parcelas da população rural. Segundo (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 114) a dimensão político institucional deve ser concebida através de “concepções culturais e políticas próprias dos grupos sociais, considerando-se suas relações de diálogo e de integração com a sociedade maior através de representações em espaços comunitários ou em conselhos políticos e profissionais”. Na compreensão do ambiente institucional (BASTOS, 2006, p.146) diz: “seria o espaço relacional construído por representações de um conjunto de organismos, regras, convenções, costumes e valores que, dependendo da compreensão e do consenso dos atores, poderá resultar na prática de reciprocidade ou na deserção”.

Logo, que as obrigações políticas e institucionais sejam efetivadas, a competência da instituição fundam-se dos arranjos institucionais que se associam as expectativas e interesses, além das consonâncias das suas finalidades.

O acesso à terra é uma das condições básicas para esta alteração: só faz sentido, se for acompanhado do acesso a um conjunto de condições que alterem o ambiente institucional local e regional e permitam a revelação dos potenciais com que cada território pode participar do processo de desenvolvimento. (ABRAMOVAY, 1999, p.1).

O autor conclui ainda que “A exploração desta nova dinâmica territorial supõe políticas

públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento” (ABRAMOVAY, 1999, p.2).

Assim, Souza (2006, p.26) resume políticas públicas como:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Portanto, formular políticas para o desenvolvimento requer análise pormenorizada das diferenças entre a tecnologia, a estrutura de capital, a demanda final e o estado da natureza, tanto no presente quanto em relação à meta operacional. Diante do exposto, entende-se que o papel da política será de: garantir a adequada reestruturação do estoque de capital, excluir técnicas ultrapassadas e adotar novas técnicas; propor a “renovação” da natureza de modo que possibilite uma atividade econômica sustentável, mediante a mudança institucional. Diante disso a proposta de inserção da dimensão político-institucional. Considerando ser o desenvolvimento sustentável um processo com conflitos de interesses, contínuo de mudança nos modelos de desenvolvimento no qual a exploração de recursos naturais, as inovações tecnológicas, a aplicabilidade dos investimentos e a atuação das instituições devem manter interação entre as atuais e futuras gerações. Daí diante da complexidade dos fatores urge a necessidade de integrar a dimensão político-institucional entre as dimensões do desenvolvimento sustentável.

A dimensão política e institucional envolve o sistema institucional público e privado, as organizações não governamentais e as associações comerciais e outros grupos de inerentes ao processo. A descentralização do aparato público e o fortalecimento dos governos locais vêm sendo renovados pela democratização. Para garantir o funcionamento das sociedades foram estabelecidos diversos regimes institucionais e políticos cujo objetivo é normatizar e orientar suas atividades e relações (dimensão político-institucional). (SEPULVEDA, 2005).

De acordo com Sachs (2007) a sustentabilidade político-institucional deve considerar características da coesão social; capacidade de implementação de projetos do Estado em parceria com todos os atores sociais interessados; e, uma democracia na qual o conjunto de direitos humanos seja contemplado, desencadeando benefícios e garantia de direitos para a comunidade.

O desenvolvimento da agricultura familiar é um influenciador para sustentabilidade territorial e para a otimização do desenvolvimento agrícola, sob variadas dimensões: social, pela atenuação do êxodo rural; econômica, pelo progresso da produção, combatendo a miséria; ambiental, aprimorando a aplicação dos recursos naturais na agricultura; e político institucional,

através da articulação estabelecida entre órgãos públicos, gestores e sociedade civil.

Agricultura Familiar é “entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. (WANDERLEY, 1996, p.2) A autora afirma que persistir na especificidade é algo superficial na ocorrência da organização produtiva agregar família-produção-trabalho tem repercussões na forma de proceder economicamente e socialmente.

Veiga (2000), diz que o uso do termo “agricultura sustentável” surgiu a partir das aspirações sociais e de padrões e que conservem os recursos naturais e ofereçam mercadorias saudáveis, sem prejudicar as tecnologias já obtidas de segurança alimentar. Ainda para o referido autor, a noção de “agricultura sustentável” envolve diversos aspectos, fazendo surgir inúmeras perspectivas iniciais de conceituá-la. Estão acessíveis inúmeras definições que diferenciam a ênfase em determinado aspecto ou pela exclusão de algum atributo da resistência dos agroecossistemas.

Segundo Schneider (1999), além de ocupar a mão de obra familiar em atividades agrícolas e não agrícolas, os agricultores familiares habitualmente associam a mão de obra familiar com a pactuada nas tarefas produtivas dentro da posse, quando há insuficiência de mão de obra familiar. Ocorre geralmente quando os filhos não estão em idade de participar das atividades agrícolas, quando a mão de obra familiar já perdeu seu potencial produtivo (predominância de idosos) ou quando a propriedade realiza atividade produtiva essencialmente intensiva em mão de obra.

No aspecto, para a composição do conceito de agricultura familiar, de acordo com Altafim (2007), é notório o estudo realizado através do convênio firmado entre Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através deste estudo, foi possível descrever três características centrais da agricultura familiar: a) gestão por unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre de terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão, em caso de falecimento ou aposentadoria do (s) responsável (is) pela unidade produtiva.

De acordo com a lei nº 11.326/2006, de 24 de julho de 2006, que define Agricultor Familiar como um empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente os requisitos de possuir área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família.

Metodologia

A pesquisa inicia a partir do estudo exploratório, através da caracterização do universo de estudo, que segundo GIL (2002, p. 41) “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.” A região do Mato Grande-RN possui área de 5.702,25 e é composto por 15 municípios são eles: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará Mirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros e possui população total de 224.107, na área urbana 109.589, e rural de 114.518. BRASIL (2015).

A pesquisa foi desenvolvida sob o tipo estudo de caso que segundo o autor YIN (2015, p.4) resume “um estudo de caso permite que os investigadores foquem um “caso” e retenham uma perspectiva holística e do mundo real”. Ou seja, o estudo de caso se caracteriza pelo profundo e exaustivo de muitos objetos de modo a proporcionar seu vasto e discriminado pensamento. Segundo a abordagem do problema, a pesquisa se dá pelo método quantitativo “caracteriza-se pelo uso da quantificação tanto na coleta quanto no tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual, média, desvio padrão, às mais complexas” (DIEHL; TATIM, 2006, p.51) com o objetivo de obter resultados consideráveis e evitar erros nas análises e má interpretação, propiciando uma segurança maior.

O estudo em pauta foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, leituras, fichamentos e a aplicação de um questionário, junto aos agricultores familiares da Região do Mato Grande, no Rio Grande do Norte, com 16 (dezesesseis) indicadores relacionados à dimensão político institucional.

Os agricultores atribuíram, de acordo com a sua percepção, uma pontuação referente ao grau de importância desses indicadores para o fortalecimento da agricultura familiar. Assim, para acessar a percepção desses agricultores foi utilizada uma escala de importância que variava de 1 a 3, sendo a pontuação 1 atribuída para os indicadores considerados pelos agricultores como menos relevantes; a pontuação 2 para os indicadores considerados importantes e por fim, a pontuação 3 para os indicadores considerados muito importantes (tabela 1).

Tabela 1 – Escala para atribuição do grau de importância dos indicadores. Fonte: Própria (2016).

Grau de Importância	Pontuação
Relativamente Importante	1
Importante	2
Muito Importante	3

Resultados e Discussão

Nesta seção iremos analisamos os dados obtidos durante a pesquisa, através dos indicadores político institucionais verificando os graus de importância que os atores agricultores familiares ponderam como sendo mais relevante como diferencial no apoio a agricultura familiar.

Ao todo foram desenvolvidos 16 indicadores sendo eles: política pública, apoio financeiro, assistência técnica, áreas certificadas, processo de tomada de decisão, articulação local, regional e nacional, relação independente de pesquisas e experimentos, interações com instituições ou órgãos de pesquisa ou extensão, necessidade de assistência técnica, participação em curso ou eventos, oferecimento de cursos na propriedade, presença de formas associativas e de ação coletiva, ambiente de relações sociais adequados à participação, existência de espaços próprios à construção coletiva de alternativas de desenvolvimento, marco institucional favorável à intervenção e participação dos atores sociais locais e existência de representação local em defesa de seus interesses no âmbito da sociedade maior.

Para sintetizar, objetivando melhor a compreensão dos dados, foi feita uma compilação convertendo-se em 8 indicadores político institucionais conforme quadro 1.

Quadro 1 – Indicadores da Dimensão Política-Institucional. Fonte: Própria (2016).

Indicadores aplicados junto aos agricultores familiares	Indicadores após a compilação
• Política pública	Política pública
• Apoio financeiro	Apoio financeiro
• Assistência técnica	Relevância da assistência técnica
• Necessidade de assistência técnica	
Áreas certificadas	Áreas certificadas
• Processo de tomada de decisão	Articulação e representação em órgãos e instituições
• Articulação local, regional e nacional	
Marco institucional favorável a intervenção e participação dos atores sociais locais	
Existência de representação local em defesa de seus interesses no âmbito da sociedade maior	
Relação independente de pesquisas e experimentos	Relação com entidades de Pesquisa e Extensão
• Interações com instituições ou órgãos de pesquisa ou extensão	
Participação em cursos ou eventos	Capacitação
• Oferecimento de cursos na propriedade	
Presença de formas associativas e de ação coletiva	Interação Comunitária e Associativa
• Ambiente de relações sociais adequados a	

participação	
Existência de espaços próprios à construção coletiva de alternativas de desenvolvimento	

Os dados foram mensurados, conforme tabela 2 a seguir, e analisados de acordo com cada indicador definido no quadro 1 de indicadores da dimensão político-institucional.

- Política Pública

O indicador política pública foi considerado por 44% dos agricultores familiares entrevistados como muito importante para a dimensão político institucional. Os movimentos sociais e sindicais da agricultura continuam acionando estratégias de protesto e de reivindicação se instrumentalizam cada vez mais para propor formatos institucionais e políticos para as políticas públicas, e reivindicam a cogestão e a execução partilhada das políticas públicas, seja visando aproximá-las e adaptá-las às distintas realidades sociais, seja para o empoderamento das próprias organizações sociais.

- Apoio Financeiro

Os resultados apontaram que a maioria dos agricultores entrevistados (75%) considerou o indicador apoio financeiro muito importante e 25% considerou como importante, indicando uma percepção positiva deste indicador para o desenvolvimento da agricultura familiar. O ambiente Institucional trouxe várias modalidades de crédito voltadas para o apoio financeiro aos agricultores e que compreende diferentes linhas de crédito específicas. Além disso, observa-se uma série de mudanças nos programas do campo financeiro, principalmente no que diz respeito às taxas de juros e às formas de pagamento de empréstimos bancários. Em sua maioria, tais alterações têm em vista atender um maior número de beneficiários e expandir a esfera de interferência da agricultura familiar no âmbito da produção agropecuária do país.

- Relevância da assistência técnica

Outro indicador que apresentou um relevante diferencial no apoio a agricultura familiar na percepção dos agricultores foi o indicador relevância da assistência técnica, considerado como muito importante por 56% e importante por 38% dos entrevistados. A assistência técnica está sendo instituída como instrumento de política agrícola, fazendo um papel de expansão da inovação da agricultura familiar. É uma política pública que leva assistência técnica às propriedades rurais. Melhora os processos no trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos agricultores. A assistência técnica participa de um processo capaz de promover e apoiar estratégias que ampliem a sustentabilidade econômico e ambiental no meio rural.

- Áreas certificadas

Referente ao indicador áreas certificada 44% dos agricultores consideraram como importante, 25% como muito importante e 31% consideram como relativamente importante, sugerindo que esses agricultores têm uma percepção positiva em relação a certificação de suas propriedades rurais. A área de certificação vem garantir o processo produtivo socialmente justo e economicamente viável, e no cumprimento de todas as leis vigentes.

- Articulação e representação em órgãos e instituições.

Em relação ao indicador articulação e representação em órgãos e instituições foi considerado por 44% dos entrevistados como importante e por 25% como muito importante. Esse resultado pode indicar que os agricultores percebem a necessidade de articulação entre os atores locais e a importância de órgãos de representação e instituições locais. É de extrema relevância a articulação com órgãos públicos e privados, para que mais pessoas possam discutir este tema e contribuir para promover mudanças e superar uma estagnação, a fim de elucidar indagações tornando o ambiente do produtor rural mais otimizado.

- Relação com entidades de pesquisa e extensão

Analisando o indicador relação com entidades de pesquisa e extensão foi observada que a maioria dos agricultores familiares entrevistados (59%) considerou esse indicador pouco relevante para o favorecimento da agricultura familiar. Apesar dos agricultores ponderarem desfavoravelmente em relação a esse indicador é importante desenvolver parcerias com instituições de pesquisa e extensão para fortalecer a agricultura familiar e melhorar a eficiência dos sistemas agrícolas. É expressivo este indicador, pois, a magnitude de fazer pesquisas na área rural, torna-se algo notório e importante para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, por isto deve-se investir nas áreas educacionais com o intuito de beneficiar os produtores familiares. Além disso, é necessário a compreensão das famílias agricultoras para que apoiem os possíveis estudos e parcerias.

- Capacitação

Para o indicador capacitação, 44% dos agricultores consideraram importante e 31% como muito importante, sendo esse resultado positivo, uma vez que a capacitação técnica contribui para melhorar a renda e os sistemas produtivos. O indicador capacitação visa proporcionar ao agricultor familiar novos conhecimentos atribuindo otimização nos processos de produção e gestão nas propriedades. O trabalho se dá por meio do equilíbrio entre técnicos e produtores no que toca a seriedade e a operacionalização de práticas relativas à organização e a elaboração.

- Interação comunitária e associativa

Por fim, para a interação comunitária e associativa, foi considerado como importante por 46% dos agricultores familiares e como muito importante por 29%, demonstrando a relevância das

interações e associações entre os atores sociais locais. Esse indicador é de suma importância já que possibilita a construção de redes entre os agricultores familiares favorecendo as interações e o fortalecimento da agricultura familiar.

Tabela 2 – Indicadores, grau de importância, total de entrevistados e percentuais. Fonte: Própria (2016).

Indicadores da dimensão Político Institucional	Média do grau de importância			Total de entrevistados	Percentuais		
	Grau 1	Grau 2	Grau 3		Grau 1	Grau 2	Grau 3
Política pública	3	6	7	16	19%	37%	44%
Apoio financeiro	0	4	12	16	0%	25%	75%
Relevância da assistência técnica	1	6	9	16	6%	38%	56%
Áreas certificadas	5	7	4	16	31%	44%	25%
Articulação e representação em órgãos e instituições	5	7	4	16	31%	44%	25%
Relação com entidades de pesquisa e extensão	9	4	3	16	59%	22%	19%
Capacitação	4	7	5	16	25%	44%	31%
Interação comunitária e associativa	4	7	5	16	25%	46%	29%

Conclusões

O estudo destacou que os indicadores propostos nessa pesquisa, segundo atores sociais elencando seus graus de importância na perspectiva positiva das políticas institucionais, como apoio à voltado a área agricultura familiar revelando os fatores a serem priorizados, o apoio financeiro foi considerado muito importante, sendo necessário para otimização dos serviços aos agricultores, que através desses apoios concomitantemente acaba gerando emprego e renda na sociedade diminuindo assim as desigualdades sociais, agregando valor nas perspectivas econômicas.

Ademais, evidenciou-se também o menor grau de importância apontado pelos agricultores sendo ele a relação com entidades de pesquisa e extensão. Propõe-se que seja visto com outro olhar pelos agricultores familiares através das políticas institucionais, e instituições parceiras que o envolvimento junto estas instituições como entidades de pesquisa e de extensão seja imprescindível

e relevante, pois são através das pesquisas que temas como este, sejam estudados e explorados mais profundamente, com o objetivo de elucidar problemas no âmbito dos agricultores e na sociedade.

Logo, a dimensão político institucional requer maior efetividade de vínculos, reforçando a primordialidade das atuais institucionalidades e a constatação mútua dos inúmeros protagonistas sociais. O ambiente institucional possui estimulantes que proporcionam novas possibilidades para os agricultores familiares, considerando as especificidades das famílias agricultoras e priorizando suas habilidades.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agraria**, vols. 28, nº 1,2,3, 29 nº 1, jan/dez 1998 – jun/ago 1999.

ALTAFIM, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

BASTOS, F. **Ambiente Institucional no financiamento da agricultura familiar**. Campinas: Editora Polis, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Mato Grande. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_055_Mato%20Grande%20-%20RN.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2017.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

DIEHL, Astor; TATIM, Denise. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Pearson prentice hall, 2014. 168 p.

XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS - PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS, GT 17, OUTUBRO 1996, CAXAMBU-MG.

GIL, Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: atlas, 2002. 175 p.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 01.09/2017.

SACHS. I. **Rumo à Socioeconomia**: Teoria e Prática do Desenvolvimento. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SEPÚLVEDA, S. et al. **Metodologia para estimar el nivel de desarrollo sostenible em espacios territoriales**. Coronado: IICA, 2005.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999. 470p. Tese (Doutorado em

Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 1999.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. In: sociologias n. 16 p. 20-45 Jun./dez. 2006.

VEIGA, J. E. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados.** v. 20, n. 57, 2000, p. 333-353.